

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ Autarquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional (LEI 5.905/73) UTILIDADE PÚBLICA (LEI № 2.026/2012 - PMM)

## PORTARIA COREN-AP Nº 196, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Amapá – COREN-AP, juntamente com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas no Regimento Interno do Conselho Regional do Amapá;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reformular o Regimento Interno, bem assim, a estrutura organizacional (organograma), do COREN-AP;

## **RESOLVE:**

- **Art. 1º. DESIGNAR** a Comissão abaixo nominada para, à luz das orientações técnicas e administrativas do Cofen e demais instruções pertinentes ao assunto, promover a estudos e proposições necessários às adequações e reformulações de normas e procedimentos no Regimento Interno, bem assim da Estrutura Organizacional (Organograma) do COREN-AP.
- **Art. 2º.** Para a condução dos trabalhos constantes no artigo precedente, fica nomeada a Comissão composta pelos seguintes membros:

N° DE ORDEM	NOMES	FUNÇÃO
01.	ANGELA DO SOCORRO DE SOUZA VAZ – COREN-AP Nº. 112273-ENF;	Presidente
02.	SHIRLEY SARA SANTANA SIQUEIRA	Membro Executivo
03.	RENILDA BARROS DA COSTA – CRA-AP Nº 01510.	Membro Executivo
04.	CLAUDIANE DUARTE FERREIRA	Membro Executivo

- **Art. 3º.** Conceder à Comissão o prazo de até 15 (quinze) dias para a conclusão e emissão de relatórios propositivos para que sejam submetidos à ROP.
  - Art. 4°. Esta Portaria REVOGA A PORTARIA Nº 170, de 29 de Agosto de 2019
- **Art. 5º**. Esta Portaria entra em vigor a contar desta data, revogadas todas as disposições em contrário.
  - Art. 6°. Dê Ciência Cumpra-se.

Macapá-AP, 16 de outubro de 2020.

Dra. EMÍLIA NAZARÉ MENEZES RIBEIRO PIMENTEL COREN/AP, Reg. nº - 13.0898-ENFP Presidente

Dra. INGRIDE LIMA DOS REIS COREN-AP, Reg. 25.7568-ENF Secretária



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ Autarquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional (LEI 5.905/73) UTILIDADE PÚBLICA (LEI № 2.026/2012 - PMM)